



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 9.042/2026

CONTRATANTE (UASG)
000987769

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de Telecomunicações Unificadas em Nuvem, contemplando solução de telefonia VoIP com PABX em nuvem, portabilidade numérica, franquia ilimitada de chamadas nacionais (fixo e móvel), fornecimento de licenças de ramais, softphone, fornecimento de telefones IP em comodato, URA, canais 0800 e tri dígito (local), chatbot integrado ao WhatsApp com API oficial, telefonia móvel 5G com portabilidade numérica, pacote de voz ilimitada e dados, com fornecimento de smartphones em comodato, bem como implantação, configuração, treinamento, suporte técnico, manutenção e demais serviços correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO
R\$ 5.170.332,00 (Cinco milhões cento e setenta mil trezentos e trinta e dois reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 18/06/2026 às 09H00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:
Aberto



MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026
Processo Administrativo nº 9.042/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediado na Avenida Getúlio Vargas, nº 1990, Centro, Piraquara, Paraná, 83301-010, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº Municipal nº 11.001/2023, e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a “Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de Telecomunicações Unificadas em Nuvem, contemplando solução de telefonia VoIP com PABX em nuvem, portabilidade numérica, franquia ilimitada de chamadas nacionais (fixo e móvel), fornecimento de licenças de ramais, softphone, URA, canais 0800 e tri dígito (local), chatbot integrado ao WhatsApp com API oficial, telefonia móvel 5G com pacote de voz ilimitada e dados, com fornecimento de smartphones em comodato, bem como implantação, configuração, treinamento, suporte técnico, manutenção e demais serviços correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 7 (sete) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do



sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.2.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1 O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



2.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.5.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.8.1 A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado ao disposto no art. 70, §1º e 163 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.



3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

3.6.1 o item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.



3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item anterior.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade máxima para cada item.

4.1.5 Catálogo do Item;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estipulados.

4.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estipulados.

4.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e/ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão de Controle Externo, e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.11 Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo).

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



5.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



5.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21 A hipótese do item anterior não será aplicada quando enquadrada a licitação, o(s) lote(s) ou o(s) item(ns) no disposto no art. 4º, §1º da Lei 14.133/2021.

5.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.22.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Municipal nº 11.029/2023;

5.22.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



5.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2 empresas brasileiras;

5.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



5.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e correlatas disposições deste edital, e verificará eventual existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4 Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016;

6.1.5 Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR;

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



6.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 151 a 159 da Lei 14.133/2021

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese tratada no item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



6.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes

6.12.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



7.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em



relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.5.2 Quando necessária a averiguação de autenticidade de documento que tenha sido apresentado por cópia, o agente da Administração deverá facultar ao interessado, em prazo hábil, a apresentação do documento original ou de declaração de autenticidade de autenticidade, subscrita por advogado e sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do disposto no artigo 12, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

7.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado ao disposto no art. 70, §1º e 163 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

7.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2 Respeitada a exceção do item anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



7.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e art. 163, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023):

7.15.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação.

7.20 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.21 Os documentos que trata este edital devem ser apresentados dentro do prazo de validade na data designada para a sessão. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 90 (noventa) dias corridos anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto para os documentos que por sua natureza, não estejam sujeitos ao prazo de validade.

8. DOS RECURSOS



8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações.



8.11 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.12. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário serão ordenados conforme a sequência de classificação da licitação.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

9.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.6 fraudar a licitação



9.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 advertência;

9.2.2 multa;

9.2.3 impedimento de licitar e contratar e

9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2 as peculiaridades do caso concreto

9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



9.4.1 Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.1 Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município, nos termos do art. 168, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior,



que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DO CONTRATO

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que

I – a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II – a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de protocolo eletrônico oficial utilizado no âmbito da Administração Municipal, conforme disposto no art. 174 do Decreto Municipal nº 11.00.1/2021.

11.3.1. O protocolo eletrônico pode ser acessado no sítio eletrônico do Município, www.piraquara.pr.gov.br, no link “SERVIÇOS ON-LINE” – “Carta de Serviços” o qual deve ser pesquisado como “**impugnação**” ou “**esclarecimento**”, ou por meio do link: <https://rb.gy/7mqvs1>, ou código Código QR:



11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.piraquara.pr.gov.br, no link “licitações”.

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1 ANEXO I – Termo de Referência

12.11.1.1 ANEXO 1ª – Especificações Mínimas dos Serviços/Quantitativos

12.11.2 ANEXO II – Minuta do Contrato

Piraquara, 28 de maio de 2026.

Thiago Brites de Barros
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA - PR

Termo de Referência 23/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2026	987769-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA - PR	IOHANAN FERNANDA HINCA	28/05/2026 14:14 (v 0.19)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		9.042/2026

1. Termo de Referência

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

Pregão nº 21/2026

Processo Administrativo nº 9.042/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO.

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de Telecomunicações Unificadas em Nuvem, contemplando solução de telefonia VoIP com PABX em nuvem, portabilidade numérica, franquia ilimitada de chamadas nacionais (fixo e móvel), fornecimento de licenças de ramais, softphone, fornecimento de telefones IP em comodato, URA, canais 0800 e tri dígito (local), chatbot integrado ao WhatsApp com API oficial, telefonia móvel 5G com portabilidade numérica, pacote de voz ilimitada e dados, com fornecimento de smartphones em comodato, bem como implantação, configuração, treinamento, suporte técnico, manutenção e demais serviços correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	<p>Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamen-tos de Telecomunicações</p> <p>Serviço de telefonia unificada, na modalidade VoIP em nuvem, com portabilidade de números principais atualmente</p>					

1	existentes, PABX em nuvem, franquia ilimitada de minutos (saída) dentro do território nacional (fixo /móvel), licença de conexão via softphone, manutenção, suporte técnico 24x7x365 e fornecimento de aparelhos IP em comodato.	1988	Assinatura Mensal	45.000	R\$ 55,45	R\$ 2.495.250,00
2	<p>Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamen-tos de Telecomunicações</p> <p>Disponibilização de licença para Unidade de Resposta Audível – URA (Central Telefônica), com personalização institucional e relatórios gerenciais.</p>	1988	Assinatura Mensal	900	R\$ 150,00	R\$ 135.000,00
3	<p>Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamen-tos de Telecomunicações</p> <p>Disponibilização de licença para canal de atendimento 0800, com gestão e relatórios de chamadas.</p>	1988	Assinatura Mensal	300	R\$ 142,94	R\$ 42.882,00
4	<p>Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamen-tos de Telecomunicações</p> <p>Disponibilização de licença para canal de atendimento Tri Dígito (local), conforme regulamentação aplicável.</p>	1988	Assinatura Mensal	60	R\$ 120,00	R\$ 7.200,00
5	<p>Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamen-tos de Telecomunicações</p> <p>Disponibilização de licença para canal de atendimento virtual,</p>	1988	Assinatura	9.000	R\$ 70,00	

	através de Chatbot (integrado ao WhatsApp com API Oficial) e chat interno, com integração ao sistema municipal, automatização e personalização de fluxos.		Mensal			R\$ 630.000,00
6	Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamentos de Telecomunicações Disponibilização de serviço de telefonia móvel 5G com pacote de voz ilimitada nacional e acesso à franquia mínima de 10GB de dados por linha, com roaming nacional e internacional, por meio de chips físicos e/ou eSIM. Com disponibilização de 120 (cento e vinte) aparelhos em comodato.	1988	Assinatura Mensal	9.000	R\$ 205,00	R\$ 1.845.000,00
7	Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamentos de Telecomunicações Implantação, configuração, habilitação, portabilidade numérica, testes operacionais e treinamento de servidores indicados.	1988	Unidade	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

1.1 O serviço objeto dessa licitação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2 O objeto desta aquisição não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 10.730 /2023

1.3 A vigência do Contrato é de 5 (cinco) anos, contada a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura inserta neste documento de acordo com o Art. 106 da Lei nº 14.133/201, podendo prorrogar-se de acordo com o Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 O valor estimado e o quantitativo referem-se ao montante global da contratação para o período de 60 (sessenta) meses ou 5 (cinco) anos de execução contratual.

Tabela explicativa do formato de fornecimento						

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Formato de Fornecimento	Quantidade Máxima Mensal	Quantidade Máxima Anual	Quantidade Máxima Global	Observação
1	Serviço de telefonia unificada, na modalidade VoIP em nuvem, com portabilidade de números principais atualmente existentes, PABX em nuvem, franquia ilimitada de minutos (saída) dentro do território nacional (fixo/móvel), licença de conexão via softphone,, manutenção, suporte técnico 24x7x365 e fornecimento de aparelhos IP em comodato.	Assinatura Mensal	750 assinaturas	9.000 assinaturas	45.000 assinaturas	Os aparelhos telefônicos IP a serem fornecidos em comodato deverão estar em conformidade com os itens 1.1.13 e 1.1.18 do ANEXO 1A deste Termo de Referência
2	Disponibilização de licença para Unidade de Resposta Audível – URA (Central Telefônica), com personalização institucional e relatórios gerenciais.	Assinatura Mensal	15 assinaturas	180 assinaturas	900 assinaturas	Deverá estar em conformidade com o item 1.1.5 do ANEXO 1A deste Termo de Referência
3	Disponibilização de licença para canal de atendimento 0800, com gestão e relatórios de chamadas.	Assinatura Mensal	5 assinaturas	60 assinaturas	300 assinaturas	Deverá estar em conformidade com o item 1.1.6. do ANEXO 1A deste Termo de Referência
4	Disponibilização de licença para canal de atendimento Tri Dígito (local), conforme regulamentação aplicável.	Assinatura Mensal	1 assinatura	12 assinaturas	60 assinaturas	Deverá estar em conformidade com o item 1.1.7. do ANEXO 1A deste Termo de Referência
	Disponibilização de licença para canal de atendimento virtual, através de					

5	Chatbot (integrado ao WhatsApp com API Oficial) e chat interno, com integração ao sistema municipal, automatização e personalização de fluxos.	Assinatura Mensal	150 assinaturas	1.800 assinaturas	9.000 assinaturas	Deverá estar em conformidade com o item 1.1.8. do ANEXO 1A deste Termo de Referência
6	Disponibilização de serviço de telefonia móvel 5G com pacote de voz ilimitada nacional e acesso à franquia mínima de 10GB de dados por linha, com roaming nacional e internacional, por meio de chips físicos e/ou eSIM. Com disponibilização de 120 (cento e vinte) aparelhos em comodato.	Assinatura Mensal	150 assinaturas	1.800 assinaturas	9.000 assinaturas	As especificações técnicas mínimas exigidas para o aparelho a ser fornecido se encontram no item 1.1.14 do ANEXO 1A deste Termo de Referência.
7	Implantação, configuração, habilitação, portabilidade numérica, testes operacionais e treinamento de servidores indicados.	Unidade / Serviço prestado	1	1	1	A portabilidade numérica versará sobre: 406 (quatrocentos e seis) linhas oriundas de STFC (telefonia fixa) e 70 (setenta) linhas oriundas de SMP (telefonia móvel)

Observação: além das disposições constantes no corpo do termo de referência, a entrega do objeto deverá estar em conformidade com as especificações mínimas dos serviços e quantitativos constantes no ANEXO 1A deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 76105675000167-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025

III) Identificador da futura contratação: 987769-134/2026 e 987769-135/2026

IV) DFD's: 290/2025 e 291/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Disponibilidade (SLA):

4.1.1 A solução deverá garantir disponibilidade mínima mensal de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) para os serviços de PABX em nuvem, URA, canais 0800, tri dígito (local) e chatbot.

4.2 Suporte Técnico:

4.2.1 A contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, incluindo:

4.2.1.1 Atendimento remoto imediato;

4.2.1.2 Registro e acompanhamento de chamados via sistema eletrônico;

4.2.1.3 Atendimento telefônico prioritário;

4.2.1.4 Escalonamento técnico quando necessário.

4.3 Prazo de Atendimento (SLA de Chamados):

Criticidade	Descrição	Prazo Máximo de Atendimento	Prazo Máximo de Solução
Alta	Indisponibilidade total do serviço	1 hora	4 horas
Média	Degradação parcial do serviço	2 horas	8 horas
Baixa	Ajustes e configurações não críticas	4 horas	24 horas

4.4 Segurança da Informação

4.4.1 A solução deverá:

4.4.1.1 Operar em ambiente seguro com criptografia de dados em trânsito;

4.4.1.2 Possuir controle de acesso por usuário e perfil;

4.4.1.3 Garantir registro de logs e rastreabilidade das ações;

4.4.1.4 Estar em conformidade com a LGPD quanto ao tratamento de dados pessoais.

4.5 Infraestrutura em Nuvem

4.6 A solução de VoIP e chatbot deverá operar integralmente em ambiente de nuvem, com:

- 4.6.1 Redundância de servidores;
- 4.6.2 Backup periódico;
- 4.6.3 Monitoramento contínuo;
- 4.6.4 Proteção contra ataques cibernéticos.

4.7 Telefonia Móvel

4.7.1 As linhas móveis deverão:

- 4.7.1.1 Possuir voz ilimitada nacional;
- 4.7.1.2 Garantir franquia mínima de 10GB de dados por linha;
- 4.7.1.3 Suportar tecnologia 4G, 4.5G ou 5G, conforme disponibilidade da operadora;
- 4.7.1.4 Permitir roaming nacional.

4.8 Portabilidade Numérica

4.8.1 A contratada deverá realizar a portabilidade de todos os números existentes, sem interrupção relevante do serviço dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

4.8.2 A CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA, no momento da emissão da ordem de serviço, a relação de todos os números telefônicos vinculados ao objeto contratual que deverão ser submetidos ao processo de portabilidade, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias para a efetivação da migração, observados os prazos e condições estabelecidos na regulamentação aplicável.

4.9 Sustentabilidade

4.9.1 A empresa que vier a ser contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, conforme estabelece o art. 6º da IN 01/2010 :

4.9.2 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.9.3 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR– 15448-1 e 15448-2.

4.9.4 A empresa deve fornecer equipamentos que possuam altos índices de eficiência energética, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica.

4.9.5 A empresa deve adotar medidas para minimizar a emissão de gases de efeito estufa em seus processos, seja através da utilização de tecnologias que reduzam o impacto ambiental dos equipamentos ou da compensação das emissões por meio de programas de neutralização de carbono.

4.9.6 A empresa fornecedora deve adotar práticas responsáveis para a gestão de resíduos gerados pelos equipamentos, como cartuchos de tinta, papel e componentes eletrônicos. A locadora deve garantir que os resíduos sejam descartados de maneira adequada, preferencialmente com a oferta de soluções de reciclagem ou reutilização, e, quando aplicável, deve ter um programa de logística reversa para o recolhimento de materiais obsoletos ou danificados

4.10 Subcontratação

4.10.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.11 ENTREGA/EXECUÇÃO

4.11.1 A CONTRATADA deverá implantar integralmente os serviços descritos neste Termo de Referência e seus anexos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, compreendendo:

4.11.1.1 Configuração do PABX em nuvem;

4.11.1.2 Criação e parametrização dos ramais;

4.11.1.3 Implantação da URA institucional;

4.11.1.4 Ativação dos canais 0800 e tri dígito (local);

4.11.1.5 Configuração do chatbot com API oficial do WhatsApp;

4.11.1.6 Habilitação das linhas móveis e entrega dos chips (físicos ou eSIM);

4.11.1.7 Fornecimento e configuração dos aparelhos em comodato;

4.11.1.8 Realização de testes operacionais e treinamento dos servidores indicados.

4.11.2 A portabilidade dos números institucionais atualmente utilizados pelo Município deverá ser realizada de forma planejada e sem interrupção relevante dos serviços, dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da ordem de serviço, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução do processo junto às operadoras envolvidas.

4.11.3 A implantação deverá ocorrer de forma gradativa, caso necessário, garantindo a continuidade da comunicação institucional e evitando paralisação dos serviços públicos.

4.11.4 A eventual migração de configurações, gravações, históricos ou dados vinculados ao sistema anterior, quando tecnicamente viável, será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo assegurar compatibilidade com a nova solução e preservação das informações institucionais.

4.11.5 A solução somente será considerada plenamente implantada após a validação técnica pela equipe designada pela Administração, mediante testes funcionais e verificação de estabilidade operacional.

4.12 Garantia

4.12.1 Em razão da natureza do objeto contratado, não se aplica a exigência de garantia contratual.

4.13 Obrigações Do Contratante

4.13.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.13.2 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.13.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.13.4 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.13.5 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

4.13.6 Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.13.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.13.8 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.13.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

4.13.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.13.11 Atestar a prestação do serviço por meio do fiscal do contrato.

4.13.12 A contratada deverá, ainda, arcar integralmente com todas as obrigações constantes no **Anexo I** deste Termo de Referência, assumindo total responsabilidade pela execução do objeto nos termos ali estabelecidos.

4.14 Obrigações Do Contratado

4.14.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

4.14.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.14.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.14.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.14.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.14.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; UASG 987769 Estudo Técnico Preliminar 19/2025 10 de 25

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.14.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

4.14.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.14.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.14.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.14.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

4.14.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021); 6.6

4.14.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.14.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.14.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante

4.14.16 Cumprir as demais obrigações constantes no ANEXO 1A - TERMO DE REFERÊNCIA.

5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.6.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.6.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.6.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.6.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.6.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.6.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.6.8 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.6.9 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

5.6.9.1 Conferência da nota fiscal, atesto e envio para o setor responsável pelo pagamento.

5.6.9.2 Notificação da empresa em caso de descumprimento de prazo ou especificações;

5.7 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.7.1 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.7.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.7.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.7.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.7.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.7.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.2 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.3 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de (10) dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º do Decreto Municipal nº 11.758 /2023.

6.3.1 O pagamento pelos serviços contratados com a modalidade de fornecimento de assinatura/mensal, serão realizados exclusivamente em relação aos serviços (linhas, serviços ou licenças) ativos mensais e em utilização pela Administração, não sendo devido qualquer valor por linhas suspensas, inativas, canceladas ou que não estejam em efetivo funcionamento no período de faturamento.

6.3.2 A critério e mediante solicitação da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar o faturamento dos serviços de forma segmentada, emitindo Notas Fiscais/Faturas distintas para cada Secretaria, órgão ou fonte de recurso, conforme o detalhamento das dotações orçamentárias constantes neste Termo de Referência.

6.3.2.1 Para viabilizar a liquidação e o pagamento através das dotações orçamentárias específicas (Administração, Saúde, Educação e Assistência Social) e suas respectivas fontes (Fontes 1000, 303, 510, 103, 104, 107, 102, entre outras previstas), a CONTRATADA deverá apresentar relatórios analíticos que acompanhem cada Nota Fiscal, discriminando os serviços utilizados por cada unidade administrativa.

6.3.2.2 A segmentação do faturamento não implicará em qualquer acréscimo de custo à CONTRATANTE, sendo obrigação da CONTRATADA a manutenção de sistema de gestão capaz de prover tal detalhamento.

6.4 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.5.1 O prazo de validade;

6.5.2 A data da emissão;

6.5.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.5.4 O período respectivo de execução do contrato;

6.5.5 O valor a pagar; e

6.5.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

6.8 A Administração deverá realizar consulta:

6.8.1 Ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

6.8.2 Aos cadastros abaixo elencados, para identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

c) Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016.

d) Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR

6.8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.8.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.8.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.8.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

6.8.8 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos do Decreto Municipal nº 11.758/2023.

6.8.9 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, incidirá correção monetária desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, processando-se o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo. Ainda, fica convencionado que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.8.10 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

6.8.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.8.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8.13 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. SELEÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE FORNECIMENTO

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

7.2. O descritivo dos equipamentos será submetido a uma análise de conformidade pela área técnica de Tecnologia da Informação, a fim de garantir que todos os requisitos e especificações atendam aos padrões estabelecidos neste Termo de Referência e Anexo- I do Termo de Referência.

8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1 Para fins de habilitação jurídica deverão ser apresentados os documentos abaixo, conforme respectivo enquadramento:

8.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18/2020.

8.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

8.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880/2021.

8.1.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971/2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.1 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista deverão ser apresentados os documentos abaixo:

9.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente;

9.1.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão expedida pelo Município, do domicílio ou sede do proponente;

9.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

9.1.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.2 Caso o proponente seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº.123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1 Para fins de habilitação econômico-financeira deverão ser apresentados os documentos abaixo:

10.1.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

10.1.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11. HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.1 Para fins de habilitação técnica, deverá ser apresentado atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

11.1.1 A apresentação do(s) atestado(s) de capacidade técnica será exigida exclusivamente da licitante vencedora, devendo o(s) documento(s) ser apresentado(s) no momento da assinatura do contrato, como condição para sua formalização.

12. DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE ÀS COOPERATIVAS

12.1 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.1.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

12.1.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.1.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

12.1.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

12.1.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

12.1.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

12.2 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13. ESTIMATIVA DE VALOR

13.1 O custo estimado total da contratação **para 5 (cinco) anos é de R\$ 5.170.332,00 (Cinco milhões cento e setenta mil trezentos e trinta e dois reais).**

13.1.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/04/2026.

13.1.3.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do adjudicatário e/ou contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.1.3.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.1.3.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.1.3.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.1.3.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.1.3.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.1.4 O reajuste será realizado por apostilamento

13.2 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados pela empresa ou de fato que eleve o custo dos serviços, nas seguintes situações (art. 73 do Decreto Municipal 11.001 /2023):

13.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

13.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13.2.3 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

14.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Administração	07.001	93	1000	R\$ 961.596,16	3.3.90.39.00.00

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Saúde	11.001	289	303	R\$ 767.796,41	3.3.90.39.00.00
Saúde	11.001	289	510	R\$ 507.469,45	3.3.90.39.00.00
Saúde	11.001	312	33476	R\$ 55.927,69	3.3.90.39.00.00
Saúde	11.001	312	33494	R\$ 34.887,04	3.3.90.39.00.00
Saúde	11.001	312	494	R\$ 810.238,51	3.3.90.39.00.00

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Assistência Social	13.003	429	1000	R\$ 152.306,03	3.3.90.39.00.00
Assistência Social	13.003	438	934	R\$ 149.670,00	3.3.90.39.00.00

Assistência Social	13.003	441	933	R\$ 20.000,00	3.3.90.39.00.00
Assistência Social	13.003	446	940	R\$ 16.192,73	3.3.90.39.00.00
Assistência Social	13.003	451	941	R\$ 54.532,82	3.3.90.39.00.00

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Educação	10.01	217	1000	R\$ 300.000,00	3.3.90.39.00.00
Educação	10.002	236	103	R\$ 447.015,44	3.3.90.39.00.00
Educação	10.002	236	104	R\$ 503.662,99	3.3.90.39.00.00
Educação	10.002	236	107	R\$ 187.189,99	3.3.90.39.00.00
Educação	10.003	248	103	R\$ 1.000,00	3.3.90.39.00.00
Educação	10.003	248	104	R\$ 1.000,00	3.3.90.39.00.00
Educação	10.003	248	107	R\$ 357.000,00	3.3.90.39.00.00
Educação	10.004	258	102	R\$ 1.170.500,00	3.3.90.39.00.00

Piraquara, 28 de maio de 2026

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IOHANAN FERNANDA HINCA

Técnico Administrativo

RAPHAEL HENRIQUE KULUDZ



ANEXO 1A – TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS/QUANTITATIVOS

1.1 Descrição dos requisitos da solução a ser contratada

1.1.1 Implantação do Projeto

1.1.1.1 A implantação do serviço de telefonia deverá contemplar todas as etapas necessárias para garantia do pleno funcionamento do sistema, desde a instalação inicial até os testes finais, assegurando a conformidade com os requisitos técnicos e operacionais definidos pela administração pública.

1.1.1.2 O prazo máximo de conclusão da instalação e ativação é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviço. Esse prazo contempla a configuração da infraestrutura, testes preliminares e o treinamento dos responsáveis pela operação.

1.1.1.3 Caberá a CONTRATADA o fornecimento de toda a infraestrutura necessária para a ativação, incluindo as licenças de uso de software (quando necessárias), configuração do software e integração com os sistemas existentes, garantindo o pleno funcionamento da solução.

1.1.1.4 A eventual contratada deverá elaborar o plano de implantação, detalhando o cronograma, metodologia e responsáveis por cada fase.

1.1.1.5 O plano deverá contemplar, ao menos, quatro fases principais, sendo:

1.1.1.5.1 Fase de levantamento e planejamento

1.1.1.5.1.1 Contemplando o diagnóstico da infraestrutura existente e levantamento das necessidades específicas de cada setor;

1.1.1.5.1.2 Definição dos ramais virtuais, números e acessos administrativos;

1.1.1.5.1.3 Identificação das integrações que sejam necessárias com sistemas atualmente utilizados;

1.1.1.5.1.4 Estabelecimento dos parâmetros de qualidade, segurança e disponibilidade;

1.1.1.6.1 Fase de instalação e configuração



1.1.1.6.1.1 Provisionamento de servidores e serviços em nuvem que sejam necessários para atendimento da demanda;

1.1.1.6.1.2 Configuração de ramais, permissões e regras de roteamento;

1.1.1.6.1.3 Definição dos perfis de usuários e a acessos administrativos;

1.1.1.6.1.4 Implementação de protocolos de segurança e criptografia;

1.1.1.7.1 Fase de testes e homologação

1.1.1.7.1.1 Testes de carga, de qualidade e de segurança;

1.1.1.7.1.2 Simulação de chamadas internas e externas para avaliação de latência, estabilidade e clareza nas ligações;

1.1.1.7.1.3 Testes de contingência e recuperação de falhas;

1.1.1.7.1.4 Validação junto aos fiscais e gestores de contratado ou preposto indicado pela Prefeitura de Municipal de Piraquara;

1.1.1.8.1 Treinamento

1.1.1.8.1.1 Após a homologação, será realizado o treinamento operacional para os servidores públicos responsáveis, abrangendo o uso de ramais, a configuração e gerenciamento do painel administrativo, além dos procedimentos de suporte técnico;

1.1.2 Sistema de Telefonia Virtual IP em Nuvem

1.1.2.1 A solução a ser contratada deverá ser baseada em infraestrutura de telefonia VoIP em nuvem, que garanta a disponibilidade, flexibilidade e escalabilidade.

1.1.2.2 O sistema deverá permitir:

1.1.2.2.1 Gerenciamento centralizado: através da disponibilização de painel administrativo, via interface web, com funcionalidades de controle de chamadas e usuários, assim como, a configuração de permissões de acesso por setor e função;

1.1.2.2.2 Integração com softphones, dispositivos móveis e aparelhos de telefone do tipo IP: possuindo compatibilidade com aparelhos telefônicos do tipo IP físicos para as unidades



administrativas e, suporte a aplicações de softphone para uso em computadores e dispositivos móveis, quando necessários.

1.1.2.2.3 Recursos de transferência e roteamento inteligente: através do encaminhamento automatizado de chamadas baseado na disponibilidade dos atendentes, possibilitando a configuração de filas de atendimento e distribuição de ligações por setor e/ou grupos;

1.1.2.2.4 A telefonia do tipo VoIP deverá ser hospedada em datacenters redundantes, garantindo o funcionamento ininterrupto e ágil em caso de falhas;

1.1.2.2.5 Ainda, no concernente a solução do sistema de telefonia VoIP, deverá atender os seguintes requisitos de hardware e software:

1.1.2.2.6 Sistema homologado de PABX IP: a central PABX IP deverá ser homologada pela Anatel e com suporte a protocolos SIP.

1.1.2.2.7 Capacidade de Ramais: o sistema deverá suportar no mínimo 750 (setecentos e cinquenta) ramais;

1.1.2.2.8 Ligações simultâneas: O sistema deverá suportar no mínimo 360 (trezentas e sessenta) ligações simultâneas);

1.1.2.2.9 Suporte nativo ao protocolo SIP Padrão: o sistema deve operar com terminais SIP compatíveis, não sendo aceitas soluções que necessitem de conversão de protocolos ou de gateways (ATAs) para implementação do protocolo SIP ou que utilizem outros protocolos de caráter proprietário.

1.1.2.2.10 Modo de operação baseado em horário: suportando modos de operação que ajustem de forma automática ao horário comercial e fora do horário comercial, com configuração automática por barra de tempo ou de forma manual pelo atendente.

1.1.2.2.11 Gravação de chamadas: possibilitar que as gravações das chamadas de usuário sejam realizadas de forma automática (através de configuração no painel administrativo) ou sob demanda, possibilitando ainda que o arquivo de áudio seja exportado para formato de áudio mp3 ou WAV, sendo aceitos outros formatos, desde que, não sejam proprietários e necessitem licenças de software para abertura.



1.1.2.2.12 Logs de auditoria: todo o acesso realizado às gravações devem ser registradas com logs que permitam a auditoria, contendo no mínimo o usuário que acessou e a data e hora de acesso;

1.1.2.2.13 Rastreamento de ações para auditoria: o sistema deve registrar todas as ações realizadas pelo usuário, incluindo as sessões e alterações feitas, registrando o usuário, data, hora e conteúdo acessado ou alterado.

1.1.2.2.14 Encaminhamento de chamadas por status: o sistema deve suportar o encaminhamento de chamadas com base no status de ramal ou setor de destino, possibilitando o roteamento (distribuição) para outro ramal disponível dentro do grupo atribuído;

1.1.2.2.15 Filas de atendimento: possibilitar a criação de filas de atendimento em casos de ramais com alto fluxo de ligações;

1.1.2.2.16 Facilidades para ramais: o sistema deve possuir funcionalidades como atribuição de nome ao ramal, desvio para outro ramal, captura de ligação em ramal pertencente ao mesmo grupo, transferência de ligação entre ramais e estacionamento de chamadas, sendo aceitas inclusões de outras funcionalidades avançadas;

1.1.2.2.17 Painel Administrativo

1.1.2.2.17.1 O painel administrativo deverá ser disponibilizado em ambiente web, compatível com os principais navegadores de internet (Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox), devendo permitir o gerenciamento centralizado da solução, possibilitando no mínimo, as seguintes funcionalidades:

1.1.2.2.17.1.1 Provisionamento centralizado: possibilitando a criação, edição e exclusão de ramais (DDR) através da interface web;

1.1.2.2.17.1.2 Hierarquia de acessos: através da definição de perfis de usuários, como administradores, supervisores e usuários, com a possibilidade de edição de permissões distintas para cada grupo;

1.1.2.2.17.1.3 Interface visual que permita a configuração facilitada dos menus de autoatendimento (URA), dos horários de funcionamento e das filas de espera;



1.1.2.2.17.1.4 Roteamento inteligente: através da configuração de transbordo de chamadas, grupos de busca (todos os ramais de um grupo tocam junto ou em fila) e encaminhamento para números externos/móveis em caso de necessidade;

1.1.2.2.17.1.5 Dashboard em tempo real, que permitam a visualização de chamadas ativas, tempo médio de espera e status dos ramais (disponível, ocupado ou offline);

1.1.2.2.17.1.6 Visualização dos logs de registro das atividades realizadas no painel administrativo para fins de auditoria;

1.1.2.2.17.1.7 Campo para bloqueios automático de ligações, como por exemplo, para destinos internacionais ou lista de números específicos;

1.1.3 Portabilidade dos números utilizados

1.1.3.1 A contratada deverá realizar a portabilidade integral dos números atualmente em uso pela Administração Pública Municipal, garantindo a manutenção da numeração existente sem prejuízo às atividades;

1.1.3.2 O processo de portabilidade deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias.

1.1.4 Disponibilização de números de entrada e saída

1.1.4.1 A solução deverá disponibilizar, além das linhas objeto de portabilidade, números válidos para chamadas de entrada e saída, compatíveis com a rede pública de telefonia;

1.1.4.2 Os números deverão ser configurados conforme a necessidade dos setores administrativos, permitindo expansões futuras;

1.1.5 URA (Unidade de Resposta Audível)

1.1.5.1 O sistema deverá incluir URAs configuráveis, com menus de atendimento automatizado, direcionamento de chamadas por setor ou ramal, assim como, integração com filas de atendimento;

1.1.6 Disponibilização de números 0800

1.1.6.1 Deverão ser disponibilizados números de 0800 para atendimento ao cidadão, garantindo chamadas gratuitas a partir de qualquer localidade nacional, tanto para ligações de números fixos ou móveis;



1.1.6.2 O serviço deverá estar integrado ao sistema de telefonia VoIP;

1.1.7 Disponibilização de número Tri dígito (local)

1.1.7.1 Deverá ser disponibilizado número tri dígito (local), visando facilitar a comunicação direta da população com a Prefeitura Municipal de Piraquara;

1.1.7.2 O número Tri dígito (local) deverá ser integrado ao sistema de atendimento, com possibilidade de roteamento inteligente;

1.1.8 Plano de Chatbot via WhatsApp

1.1.8.1 A solução deverá disponibilizar *chatbot* automatizado, via *WhatsApp*, para otimização de atendimento ao público e redução da carga de trabalho dos servidores / funcionários públicos.

1.1.8.2 O *chatbot* deverá interpretar perguntas, através de algoritmos de Inteligência Artificial (IA) e oferecer respostas automáticas, em três áreas:

1.1.8.2.1 Atendimento Geral: disponibilizando informações sobre o horário de atendimento das unidades e realizando o encaminhamento das solicitações para atendimento humano quando necessárias;

1.1.8.2.2 Serviços Municipais: disponibilizando informações sobre protocolos administrativos (tipo de assunto, documentos necessários, e disponibilização link de redirecionamento e/ou informação de local para a abertura) e informações sobre vencimento de tributos e formas de obtenção de guias de recolhimento, alvarás de licença e itens correlatos.

1.1.8.2.3 Comunicação com o cidadão: através do envio de alertas e comunicados importantes, disponibilização de status de solicitações realizadas.

1.1.8.3 O *chatbot* deverá possibilitar a sua evolução conforme novas demandas identificadas pela administração municipal.

1.1.9 Recursos de segurança

1.1.9.1 O sistema contratado deverá seguir as melhores práticas de segurança da informação e as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), incluindo:



1.1.9.1.1 Proteção contra acessos indevidos, com autenticação de multifator para usuários administrativos;

1.1.9.1.2 Controle de acesso baseado em perfis e permissões hierárquicas;

1.1.9.1.3 Comunicação criptografada, através de adoção dos protocolos TLS e SRTP;

1.1.9.1.4 Proteções contra interceptações de chamadas e ataques do tipo MITM (man-in-the-middle)

1.1.9.1.5 Registro de todas as chamadas realizadas e recebidas, possibilitando o monitoramento e auditoria;

1.1.9.1.6 Notificação de tentativas de acesso suspeitas e/ou falhas de segurança;

1.1.10 Tecnologias embarcadas

Para garantia da eficiência e estabilidade, o sistema a ser fornecido deverá contar com as seguintes tecnologias:

1.1.10.1 Codecs de compressão avançados, como Opus ou G.722, que otimizam a qualidade de voz sem consumo excessivo de banda de internet;

1.1.10.2 Implementação de filtros digitais para cancelamento de ruídos e eco, melhorando a clareza nas chamadas;

1.1.10.3 Failover automático, com a troca de servidores de contingência em caso de falhas;

1.1.11 Qualidade de Serviço

Visando a criticidade da operação, os seguintes níveis mínimos de serviços são esperados:

1.1.11.1 Latência inferior a 100ms (cem milissegundos) para chamadas locais;

1.1.11.2 Disponibilidade mínima de 99% ao longo do ano;

1.1.11.3 Monitoramento contínuo, através de ferramentas que possibilitem o diagnóstico para identificação de falhas, mitigando sempre que possível o impacto aos usuários;



1.1.11.4 Verificação mensal, através de testes de qualidade de estabilidade e clareza nas ligações;

1.1.12 Sistema automático de bilhetagem

Visando atender aos requisitos de gestão e auditoria, o sistema de bilhetagem deve permitir:

- 1.1.12.1 O controle e auditoria do consumo telefônico, por usuário ou grupo;
- 1.1.12.2 Emissão de relatórios detalhados, com registro de todas as chamadas realizadas, contendo a sua duração e destino de chamadas;
- 1.1.12.3 Possibilidade de monitoramento de uso por setor ou usuário;
- 1.1.12.4 Possibilidade de estipular limites de chamadas por setor ou usuário (ramal);
- 1.1.12.5 Possibilidade de bloqueios de ligações para números não autorizados;

1.1.13 Fornecimento de aparelhos telefônicos - STFC

1.1.13.1 Os aparelhos a serem fornecidos devem garantir:

- 1.1.13.1.1 A compatibilidade técnica e aderência aos protocolos utilizados pela central de VoIP;
- 1.1.13.1.2 A padronização através de equipamentos homologados para a solução;
- 1.1.13.1.3 O suporte e a manutenção, uma vez através do fornecimento centralizado é mitigado o conflito de responsabilidade entre fornecedores distintos;
- 1.1.13.1.4 Adesão aos requisitos de segurança operacional e da informação;
- 1.1.13.1.5 Possuir porta de entrada e saída para conectores RJ-45 integrados no mesmo dispositivo, permitindo a utilização de um único ponto de rede para conexão simultânea do telefone e computador do usuário (*PC passthrough*);
- 1.1.13.1.6 Compatibilidade com os protocolos SIP a serem utilizados;
- 1.1.13.1.7 Compatibilidade com os codecs de áudio a serem utilizados;
- 1.1.13.1.8 Possuírem cancelamento de ruído (*echo off*);



1.1.13.1.9 Adoção de protocolos de segurança;

1.1.13.1.10 Possibilidade de uso com fonte de alimentação;

1.1.13.1.11 Homologação pela ANATEL;

1.1.13.1.12 Garantia de reposição em caso de defeito durante a vigência contratual;

1.1.13.2 Além dos requisitos gerais anteriores, temos como necessidade a previsão de aparelhos com três características distintas, sendo elas:

1.1.13.2.1 Telefone IP de mesa, com no mínimo, as seguintes especificações:

- a. Display gráfico com luz de fundo;
- b. 2 (duas) portas Ethernet de 10/100/1000 Mbps;
- c. Tecla de sigilo (mute);
- d. Tecla de rediscagem (redial);
- e. Tecla flash;
- f. Tecla para ajuste de volume de áudio e campainha;
- g. Fonte de alimentação inclusa;
- h. Suporte a PoE;
- i. Deverá ser fornecido com cabo de RJ45

1.1.13.2.2 Telefone IP sem fio, com no mínimo, as seguintes especificações:

- a) Display gráfico com luz de fundo;
- b) 2 (duas) portas Ethernet de 10/100 Mbps;
- c) Tecla de sigilo (mute);
- d) Tecla de rediscagem (redial);
- e) Tecla flash;
- f) Tecla para ajuste de volume de áudio e campainha;
- g) Fonte de alimentação inclusa;
- h) Suporte a PoE;
- i) Alcance interno mínimo de 50 (cinquenta) metros;
- j) Bateria com autonomia mínima de 8 (oito) horas;
- k) Deverá ser fornecido com cabo de RJ45



1.1.13.2.3 Telefone IP de mesa com suporte a headset, com no mínimo, as seguintes especificações:

- a. Display gráfico com luz de fundo;
- b. 2 (duas) portas Ethernet de 10/100/1000 Mbps;
- c. Tecla de sigilo (mute);
- d. Tecla de rediscagem (redial);
- e. Tecla flash;
- f. Tecla para ajuste de volume de áudio e campainha;
- g. Fonte de alimentação inclusa;
- h. Suporte a PoE;
- i. Suporte a headset (devendo ser ofertado com headset compatível com o modelo ofertado);
- j. Deverá ser fornecido com cabo de RJ45

1.1.14 Serviço Móvel Pessoal - SMP

Para atendimento desta demanda, temos como requisitos da contratação que sejam entregues:

1.1.14.1 Fornecimento de SIMCards e pacote de dados

1.1.14.1.1 Fornecimento de SIMCARDS 4G/5G, em regime de comodato, com plano de voz e de dados de pelo menos 10GB (dez gigabytes) ou superior, com no mínimo, as seguintes características e funcionalidades:

1.1.14.1.1.1 Efetuar e receber ligações ilimitadas de Voz Móvel-Móvel e Móvel-Fixo (VC1, VC2 e VC3) para quaisquer operadoras e localidades do Brasil;

1.1.14.1.1.2 Pacote ilimitado de internet de 10 GB ou superior, com redução da velocidade para no mínimo 128 kbps (cento e vinte e oito kilobits por segundo), caso atinja a franquia de dados contratada;

1.1.14.1.1.3 Roaming nacional ilimitado;

1.1.14.1.1.4 Uso ilimitado do aplicativo Whatsapp;

1.1.14.1.1.5 Tarifa Zero SMS para quaisquer operadoras no Brasil;



1.1.14.1.1.6 Fornecimento de SIM CARD de triplo corte e/ou eSIM, conforme requerido pela contratante;

1.1.14.1.1.7 A não cobrança de quaisquer outras cobranças adicionais;

1.1.14.2 Fornecimento do aparelho telefônico smartphone

1.1.14.2.1. Fornecimento de aparelho telefônico do tipo smartphone, através Comodato, que possua características técnicas que o enquadrem na categoria “intermediária”, que possibilitem a realização de ligações, mensagens, utilização de aplicativos de comunicação como o WhatsApp e Telegram, aplicativos de Sistema de Posicionamento Global (GPS), como o Waze, Google Maps ou HERE We Go, assim como, permitam a captura de imagens e vídeos através das câmeras integradas.

1.1.14.2.2. Os aparelhos a serem entregues deverão, no mínimo, possuir as seguintes especificações técnicas:

1.1.14.2.2.1 Sistema Operacional: Android 14 ou superior;

1.1.14.2.2.2 Possibilidade de utilização de dois chips simultaneamente / Dual SIM;

1.1.14.2.2.3 Sim card: Nano Sim (sendo aceitas versões que utilizem eSIM simultaneamente)

1.1.14.2.2.4 Quad Band (850/900/1800/1900);

1.1.14.2.2.5 Compatível com redes 4G e 5G;

1.1.14.2.2.6 Compatível com Wi-Fi 802.11 b/g/n/ac ou superior;

1.1.14.2.2.7 Processador: Octa-Core, com pelo menos quatro núcleos com clock igual ou superior à 2.3 Ghz;

1.1.14.2.2.8 Memória RAM nativa de 8Gb ou superior (não sendo aceitas tecnologias que utilizem o armazenamento interno para a expansão da memória RAM neste cálculo);

1.1.14.2.2.9 Armazenamento interno: 256Gb ou superior;

1.1.14.2.2.10 Tela: 6.4 polegadas ou superior;



1.1.14.2.2.11 Câmera traseira: 48 (quarenta e oito) megapixels ou superior;

1.1.14.2.2.12 Câmera frontal: 12 (doze) megapixels ou superior;

1.1.14.2.2.13 Possuir flash em LED;

1.1.14.2.2.14 Bateria com capacidade de 4400 mAh ou superior;

1.1.14.2.2.15 Deverá ser fornecido com carregador e cabo USB da mesma fabricante do aparelho;

1.1.14.2.2.16 O aparelho ofertado deverá ser homologado pela Anatel;

1.1.14.2.3 Ainda, deverá ser prevista a substituição/troca do aparelho a cada 24 (vinte e quatro) meses.

1.1.14.2.3.1 Os aparelhos deverão ser entregues em até 45 (quarenta e cinco) dias.

1.1.14.2.4 Devido aos avanços tecnológicos, o smartphone ofertado poderá ser de um modelo igual ou superior, desde que, seja da mesma categoria de equipamento, ou seja, de perfil intermediário.

1.1.15 SLA (Service Level Agreement ou Acordo de Nível de Serviço) e prazos de resolução

1.1.15.1 A Contratada deverá realizar as manutenções corretivas e adaptativas dos sistemas contratados, considerando as seguintes definições:

Categoria	Definição
Corretiva / Preditiva	Correção de erro em funcionalidades já existentes nos sistemas e manutenções que visem evitar problemas futuros, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Piraquara
Legal	Alteração dos sistemas e módulos a fim de se adequar com a legislação federal, estadual ou municipal vigente, ou ainda, expedida futuramente pela agência reguladora ou lei federal ou estadual que seja necessária para a execução do objeto, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Piraquara;
Adaptativa	Configuração ou alteração de funcionalidades já existentes no sistema.

Classificação de prioridade e tempo de resolução de manutenções da categoria corretiva:



Prioridade	Descrição	Tempo de resposta inicial	Tempo de resolução (remoto)	Tempo de resolução (in-loco)
Crítica (P1)	<p>Interrupção total ou falha sistêmica, com indisponibilidade de um ou mais núcleos de serviço que impeçam o atendimento ou comunicação da contratante com o público interno ou externo.</p> <p><u>Exemplos:</u></p> <p>Queda do serviço PABX IP/Cloud;</p> <p>Falha da URA;</p> <p>Chatbot fora de operação;</p> <p>Indisponibilidade do sistema de telefonia móvel;</p>	2 (duas) horas	4 (quatro) horas úteis	24 (vinte e quatro) horas da abertura do chamado
Alta (P2)	<p>Degradação significativa ou falha setorial, perda da redundância ou falha que afeta uma quantidade expressiva de usuários / setores, com funcionalidade limitada do sistema</p> <p><u>Exemplos:</u></p> <p>Degradação severa na qualidade de voz (latência alta ou eco) em múltiplos ramais;</p> <p>Falha no fluxo de transbordo da URA;</p> <p>Chatbot com erros de funções, como redirecionamentos ou instabilidades;</p>	2 (duas) horas	8 (oito) horas úteis	24 (vinte e quatro) horas da abertura do chamado
Média (P3)	<p>Falha funcional parcial, problemas que afetam usuários individuais ou funções acessórias que não interrompam o fluxo principal de trabalho da instituição, correções de erros operacionais.</p>	4 (quatro) horas	16 (dezesseis) horas úteis	48 (quarenta e oito) horas da abertura do chamado



	<u>Exemplos:</u> Ramal IP específico com defeito ou instabilidade; Necessidade de reset de senha ou configuração de um determinado terminal; Falha de um aparelho móvel em específico; Erro na geração de relatórios;			
Baixa (P4)	Solicitações, ajustes, consultas técnicas, alterações de cunho estético ou pedidos de melhorias. <u>Exemplos:</u> Alteração da frase de saudação da URA; Mudança de logo do Chatbot; Dúvidas sobre o uso do portal de gestão; Pedidos de relatórios customizados;	8 (oito) horas	24 (vinte e quatro horas úteis)	72 (setenta e duas) horas da abertura do chamado

1.1.16 Disponibilização de plataforma de contato de incidentes ou dúvidas

1.1.16.1 As solicitações de serviços de manutenção deverão ser registradas em sistema de controle de chamados técnicos (Help Desk), que deve permitir o registro das informações relativas as solicitações, classificação e quantidade de tempo despendido para resolução.

1.1.16.2 Previsão de outros métodos de contato, tais como, contato telefônico, e-mail, através de aplicativos de troca de mensagens (como WhatsApp ou Telegram), entre outras formas de contato.

1.1.17 Quantitativos de aparelhos telefônicos

Quantidade de aparelhos em COMODATO



Tipo de aparelho	Quantidade
Telefone IP de mesa	600 (seiscentos)
Telefone IP sem fio	120 (cento e vinte)
Telefone IP de mesa com headset	30 (trinta)
Smartphones	120 (cento e vinte)



CONTRATO Nº xx/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026
Processo Administrativo nº 9.042/2026

Contrato para xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que
celebram a empresa
xx e o
MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1990, Centro – Piraquara-PR – CEP 83301-010, inscrito no CNPJ/MF 76.105.675/0001-67, neste ato representado pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – Prefeito Municipal de Piraquara, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX sediada na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XX, XXXXXXXXXXXXXXX – XXXXXXXX/XX, CEP XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXXXXXXXX doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio-administrador XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no processo nº xx.xxx/2026 e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a “Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de Telecomunicações Unificadas em Nuvem, contemplando solução de telefonia VoIP com PABX em nuvem, portabilidade numérica, franquia ilimitada de chamadas nacionais (fixo e móvel), fornecimento de licenças de ramais, softphone, fornecimento de telefones IP em comodato, URA, canais 0800 e tri dígito (local), chatbot integrado ao WhatsApp com API oficial, telefonia móvel 5G com portabilidade numérica, pacote de voz ilimitada e dados, com fornecimento de smartphones em comodato, bem como implantação, configuração, treinamento, suporte técnico, manutenção e demais serviços correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência”.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de telefonia unificada, na modalidade VoIP em nuvem, com portabilidade de números principais atualmente existentes, PABX em nuvem, franquia ilimitada de minutos (saída) dentro do território nacional (fixo/móvel), licença de conexão via softphone, implantação, configuração, treinamento, manutenção, suporte técnico 24x7x365 e fornecimento de aparelhos IP em comodato.	1988	Assinatura Mensal	45.000	R\$	R\$
2	Disponibilização de licença para Unidade de Resposta Audível – URA (Central Telefônica), com personalização institucional e relatórios gerenciais.	1988	Assinatura Mensal	900	R\$	R\$
3	Disponibilização de licença para	1988	Assinatura	300	R\$	R\$



	canal de atendimento 0800, com gestão e relatórios de chamadas.		Mensal			
4	Disponibilização de licença para canal de atendimento Tri Dígito (local), conforme regulamentação aplicável.	1988	Assinatura Mensal	60	R\$	R\$
5	Disponibilização de licença para canal de atendimento virtual, através de Chatbot (integrado ao WhatsApp com API Oficial) e chat interno, com integração ao sistema municipal, automatização e personalização de fluxos.	1988	Assinatura Mensal	9.000	R\$	R\$
6	Disponibilização de serviço de telefonia móvel 5G com pacote de voz ilimitada nacional e acesso à franquia mínima de 10GB de dados por linha, com roaming nacional e internacional, por meio de chips físicos ou eSIM. Com disponibilização de 120 (cento e vinte) aparelhos em comodato.	1988	Assinatura Mensal	9.000	R\$	R\$
7	Implantação, configuração, habilitação, portabilidade numérica, testes operacionais e treinamento de servidores indicados.	1988	Unidade	1	R\$	R\$

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do Contrato é de 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura 1.3 inserta neste documento de acordo com o Art. 106 da Lei nº 14.133/201, podendo prorrogar-se de acordo com o Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ x.xxx.xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

7.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.9. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

7.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo



fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.17 Disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios nas quantidades e qualidade suficientes, promovendo a substituição, quando necessário, dos recursos materiais e humanos para perfeita execução do objeto da contratação.

8.18 Comunicar imediata e tempestivamente, por escrito, ao Município de Piraquara, a existência de impedimento de ordem ética ou legal em prestar o serviço que lhe foi demandado;



8.19 Não utilizar o nome do Município de Piraquara, ou sua qualidade de prestador de serviço para a mesma, em qualquer modo de divulgação de suas atividades como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios, impressos etc.;

8.20 Não se pronunciar em nome do Município de Piraquara a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da CONTRATANTE, salvo se houver autorização expressa;

8.21 Observar os princípios de ordem ética e moral;

8.22 Efetuar o recolhimento de todo e qualquer tributo ou encargo social, previdenciário, trabalhista, acidentes de trabalho e quaisquer outros não mencionados que de algum modo possam vir a incidir sobre os serviços objeto da contratação, ou sobre o trabalho realizado pelos seus advogados, estagiários, prepostos, correspondentes e demais funcionários, responsabilizando-se de forma exclusiva, por tais recolhimentos, isentando a Prefeitura Municipal de Piraquara de qualquer responsabilidade neste sentido;

8.23 Pagar todos os tributos (impostos, taxas e contribuições) federais, estaduais e municipais, incidentes sobre os serviços prestados;

8.24 Informar de imediato a ocorrência de qualquer ato relevante e/ou urgente que gere a necessidade de alguma providência por parte do Município de Piraquara;

8.25 Responsabilizar-se pelo descarte adequado e seguro de resíduos sólidos e demais materiais gerados durante a prestação dos serviços.

8.26 Os funcionários da contratada deverão executar os serviços devidamente uniformizados e identificados.

8.27 A contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, incluindo:

8.27.1 Atendimento remoto imediato

8.27.2 Registro e acompanhamento de chamados via sistema eletrônico;

8.27.3 Atendimento telefônico prioritário;

8.27.4 Escalonamento técnico quando necessário. Prazo de Atendimento (SLA de Chamados):

Prazo de Atendimento (SLA de Chamados):

Criticidade	Descrição	Prazo Máximo de Atendimento	Prazo Máximo de Solução
Alta	Indisponibilidade total do serviço	1 hora	4 horas
Média	Degradação parcial do serviço	2 horas	8 horas
Baixa	Ajustes e configurações não críticas	4 horas	24 horas

8.28 Segurança da Informação

8.28.1 A solução deverá:

8.28.2 Operar em ambiente seguro com criptografia de dados em trânsito;

8.28.2 Possuir controle de acesso por usuário e perfil;

8.28.4 Garantir registro de logs e rastreabilidade das ações;



8.28.5 Estar em conformidade com a LGPD quanto ao tratamento de dados pessoais.

8.29 Infraestrutura em Nuvem

8.29.1 A solução de VoIP e chatbot deverá operar integralmente em ambiente de nuvem, com:

8.29.1.1 Redundância de servidores;

8.29.1.2 Backup periódico;

8.29.1.3 Monitoramento contínuo;

8.29.1.4 Proteção contra ataques cibernéticos.

8.29.1.5 Telefonia Móvel

8.29.1.6 As linhas móveis deverão:

8.29.1.7 Possuir voz ilimitada nacional;

8.29.1.8 Garantir franquia mínima de 10GB de dados por linha;

8.29.1.9 Suportar tecnologia 4G, 4.5G ou 5G, conforme disponibilidade da operadora;

8.29.1.10 Permitir roaming nacional.

8.30 Portabilidade Numérica

8.30.1 A contratada deverá realizar a portabilidade de todos os números existentes, sem interrupção relevante do serviço

8.31 A CONTRATADA deverá implantar integralmente os serviços descritos neste Termo de Referência e seus anexos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, compreendendo:

8.31.1 Configuração do PABX em nuvem;

8.31.2 Criação e parametrização dos ramais;

8.31.3 Implantação da URA institucional;

8.31.4 Ativação dos canais 0800 e tri dígito (local);

8.31.5 Configuração do chatbot com API oficial do WhatsApp;

8.31.6 Habilitação das linhas móveis e entrega dos chips (físicos ou eSIM);

8.31.7 Fornecimento e configuração dos aparelhos em comodato;

8.31.8 Realização de testes operacionais e treinamento dos servidores indicados.

8.31.9 A portabilidade dos números institucionais atualmente utilizados pelo Município deverá ser realizada de forma planejada e sem interrupção relevante dos serviços, dentro do prazo máximo de 45 (vinte) dias corridos, contados da ordem de serviço, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução do processo junto às operadoras envolvidas.

8.31.10 A implantação deverá ocorrer de forma gradativa, caso necessário, garantindo a continuidade da comunicação institucional e evitando paralisação dos serviços públicos.



8.31.11 A eventual migração de configurações, gravações, históricos ou dados vinculados ao sistema anterior, quando tecnicamente viável, será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo assegurar compatibilidade com a nova solução e preservação das informações institucionais.

8.31.12 A solução somente será considerada plenamente implantada após a validação técnica pela equipe designada pela Administração, mediante testes funcionais e verificação de estabilidade operacional.

8.31.13 Cumprir as demais obrigações constantes no ANEXO 1A - TERMO DE REFERÊNCIA.

9. CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) **Multa:**
 - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.
 - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de (20% vinte por cento) do valor do Contrato.
 - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
 - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.



7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.6 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.7 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.9 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.1.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.4.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1.As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12.2. Os preços inicialmente registrados e/ou contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/12/2025.

12.2.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do adjudicatário e/ou contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.2.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.2.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Administração	07.001	93	1000	R\$ 961.596,16	3.3.90.39.00.00

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Saúde	11.001	289	303	R\$ 767.796,41	3.3.90.39.00.00
Saúde	11.001	289	510	R\$ 507.469,45	3.3.90.39.00.00
Saúde	11.001	312	33476	R\$ 55.927,69	3.3.90.39.00.00
Saúde	11.001	312	33494	R\$ 34.887,04	3.3.90.39.00.00
Saúde	11.001	312	494	R\$ 810.238,51	3.3.90.39.00.00

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Assistência Social	13.003	429	1000	R\$ 152.306,03	3.3.90.39.00.00
Assistência Social	13.003	438	934	R\$ 149.670,00	3.3.90.39.00.00
Assistência Social	13.003	441	933	R\$ 20.000,00	3.3.90.39.00.00
Assistência Social	13.003	446	940	R\$ 16.192,73	3.3.90.39.00.00
Assistência Social	13.003	451	941	R\$ 54.532,82	3.3.90.39.00.00

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Educação	10.01	217	1000	R\$ 300.000,00	3.3.90.39.00.00
Educação	10.002	236	103	R\$ 447.015,44	3.3.90.39.00.00
Educação	10.002	236	104	R\$ 503.662,99	3.3.90.39.00.00
Educação	10.002	236	107	R\$ 187.189,99	3.3.90.39.00.00
Educação	10.003	248	103	R\$ 1.000,00	3.3.90.39.00.00
Educação	10.003	248	104	R\$ 1.000,00	3.3.90.39.00.00
Educação	10.003	248	107	R\$ 357.000,00	3.3.90.39.00.00
Educação	10.004	258	102	R\$ 1.170.500,00	3.3.90.39.00.00

13.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO

17.1. Fica eleito o Foro Regional de Piraquara-PR, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Piraquara, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Prefeito Municipal
 Representante legal do CONTRATANTE

[illegible]